

CENTRAIS ELÉTRICAS MATOGROSSENSES S.A. - CEMAT

CNPJ/MF nº 03.467.321/0001-99

NIRE 51.300.001.179

Companhia Aberta

Cuiabá – MT, 13 de abril de 2011

Aos Srs. Acionistas da **CENTRAIS ELÉTRICAS MATOGROSSENSES S.A. - CEMAT**

PROPOSTAS DA ADMINISTRAÇÃO

A administração da Companhia vem submeter as seguintes propostas à apreciação de V.Sas., reunidos em Assembleia Geral Ordinária, conforme Edital de Convocação abaixo transcrito:

**“EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

Ficam convocados os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, que se realizará no dia 29 de abril de 2011, às 09:00 horas, na sede social, na Rua Manoel dos Santos Coimbra nº 184 – Cuiabá - MT, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

- a) Exame, discussão e aprovação das Contas dos Administradores, do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2010;
- b) Aprovação da destinação do resultado relativo ao exercício de 2010;
- c) Eleição e fixação da remuneração dos membros do Conselho Fiscal; e

d) Fixação da remuneração dos administradores para o exercício de 2011.

Os documentos pertinentes à ordem do dia encontram-se à disposição dos senhores acionistas na sede social da Companhia e no seu endereço eletrônico www.cemat.com.br/investidores, bem como nas páginas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br) e da BM&Fbovespa – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros S.A. (www.bmfbovespa.com.br).

Os acionistas deverão apresentar, com no mínimo 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, além do documento de comprovação de sua identidade e/ou atos societários pertinentes que comprovem a representação legal, conforme o caso: (i) comprovante expedido pela instituição escrituradora no máximo 5 (cinco) dias antes da data da realização da Assembleia Geral; (ii) instrumento de mandato com reconhecimento da firma do outorgante. A representação por procuração deverá obedecer às determinações do § 1º do art. 126 da Lei nº 6.404/76; e (iii) extrato contendo a respectiva participação acionária emitido pela entidade administradora da custódia fungível de ações da Companhia.”

Para facilitar a consulta e o manuseio, a administração da Companhia consolidada, neste documento, todas as informações e documentos que devam ser disponibilizados a V.Sas., quais sejam:

Nº	Informação e/ou Documento
1.	Comentários dos Administradores
2.	Destinação dos Resultados
3.	Eleição de Membros do Conselho Fiscal
4.	Remuneração dos Administradores



CENTRAIS ELÉTRICAS MATOGROSSENSSES S.A. - CEMAT
CNPJ/MF nº 03.467.321/0001-99
NIRE 51.300.001.179
Companhia Aberta

Cuiabá - MT, 16 de março de 2011.

Aos Srs. Acionistas da **CENTRAIS ELÉTRICAS MATOGROSSENSSES S.A - CEMAT.**

COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA
(Nos termos do item 10 do Formulário de Referência,
Anexo 24 da Instrução CVM nº 480/2009).
(Valores expressos em milhares de reais)

10.1. Os diretores devem comentar sobre:

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Centrais Elétricas Matogrossenses S.A.- Cemat (“Cemat” ou “Companhia”) tem como atividade a distribuição de energia elétrica no Estado do Mato Grosso. No exercício de 2010, a receita bruta foi composta por 82,4 % de clientes cativos. Vale acrescentar que parte da receita bruta, 16,2%, é composta da receita de construção. Essa receita é um dos efeitos da adoção do IFRS (*International Financial Report Standard*), Normas Internacionais de Contabilidade, pela companhia, a partir de 31 de dezembro de 2010 e não constitui efeito real sobre o resultado operacional da companhia, visto a sua exata contrapartida no custo de operação.

A diretoria entende que a companhia apresenta condições patrimoniais e financeiras para cumprir suas obrigações de curto e médio prazo. Todas as nossas operações são realizadas no Brasil, razão pela qual nossos resultados operacionais e situação financeira são diretamente afetados pelas condições econômicas gerais do país, em especial, pelas taxas de inflação, taxas de juros, políticas governamentais, flutuações do câmbio e políticas tributárias.

Desde o início do Plano Real, em 1993, o Brasil tem evoluído para um quadro de estabilidade econômica, o que faz com que os agentes econômicos tenham expectativas favoráveis para o futuro do País. A manutenção da estabilidade monetária tem sido acompanhada pelo crescimento gradual, porém sustentado, da economia.

Nos anos recentes, o crescimento do PIB teve como principais fatores determinantes o bom desempenho do setor exportador e o aumento da demanda interna. O PIB brasileiro teve um aumento de 5,1% em 2008, uma queda de 0,2% em 2009 e um crescimento de 7,5% em 2010. A taxa básica de juros em curto prazo (ajustada pelo BACEN em relação ao índice SELIC) reduziu de 10,66% em 2008, considerando o último dia de cada ano, para 8,65% em 2009 e aumentou para 13,65% em 2010.

A Companhia opera predominantemente na região Centro-Oeste e o crescimento econômico nessa região pode ser o fator de maior impacto na demanda por energia elétrica e nos resultados operacionais da Companhia.

A distribuição de energia elétrica na área de concessão da Companhia mostra uma forte correlação com o crescimento e desenvolvimento das economias nos Estados do Mato Grosso, uma vez que a base de clientes é, em grande parte, composta por clientes residenciais cativos nesses Estados. O consumo de energia, medido em MWh, no Estado do Mato Grosso aumentou 6,6% nos últimos cinco anos (2006 a 2010). De 2009 a 2010, esse crescimento foi de 2,5%. Além disso, a Companhia acredita que o estado possui significativo potencial para desenvolvimento econômico que se traduzirá em um potencial de crescimento na demanda por energia elétrica.

Inclusive, o PAC, criado pelo Governo Federal, tem como objetivo a aceleração do crescimento econômico, o aumento do emprego e a melhoria das condições de vida da população do Estado de Mato Grosso. O PAC consiste em um conjunto de medidas destinadas a incentivar o investimento privado, aumentar o investimento público em infra-estrutura e remover obstáculos burocráticos, administrativos, normativos, jurídicos e legislativos, ao crescimento. Por meio do PAC, estima-se um investimento total da ordem de R\$21,3 bilhões no estado de Mato Grosso, distribuídos nos setores de logística, energia, e social e urbano.

b. Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

O capital social é de R\$710,2 milhões, integralmente realizado e representado por 118.853 mil ações escriturais, sem valor nominal, sendo 41.018 mil ações ordinárias e 77.835 ações preferenciais.

As ações representativas do capital social da Companhia serão escriturais, permanecendo em conta de depósito em nome de seus titulares, sem emissão de certificados, nos termos dos artigos 34 e 35 da Lei n. 6.404/76.

Os aumentos de capital decorrentes de conversão de debêntures em ações, cuja emissão tenha sido aprovada em Assembleia Geral, serão averbados pela Diretoria da Companhia, mediante ata de reunião arquivada no Registro do Comércio, nos termos do parágrafo 1º do artigo 166 da Lei nº 6.404/76, e consolidados anualmente na mesma data da realização da Assembleia Geral Ordinária.

As ações preferenciais, inconversíveis em ordinárias, não terão direito de voto nas Assembleias Gerais e gozarão dos seguintes direitos:

- (i) recebimento de dividendos mínimos de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido de cada exercício, na forma prevista no artigo 33 do Estatuto Social da Companhia, e no mínimo 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias;
- (ii) prioridade no reembolso do capital, em caso de liquidação da sociedade.

Nos casos de reembolso de ações previstos em lei, o valor de reembolso corresponderá ao valor do patrimônio líquido contábil das ações, de acordo com o último balanço aprovado por Assembleia Geral, segundo os critérios de avaliação do ativo e do passivo fixados na Lei das Sociedades por Ações e com os princípios contábeis geralmente aceitos.

Se a Assembleia Geral ocorrer mais de 60 (sessenta) dias depois da data do último balanço aprovado, será facultado ao acionista dissidente pedir, juntamente com o reembolso, levantamento de balanço especial que atenda àquele prazo. Nesse caso, a companhia pagará imediatamente 80% (oitenta por cento) do valor do reembolso calculado com base no último balanço e, levantado balanço especial, pagará o saldo no prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da data da deliberação da Assembleia Geral.

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia apresentou a seguinte composição de capital: (i) 35,1% de capital próprio (ou seja, patrimônio líquido dividido pelo ativo total) e (ii) 64,9% de capital de terceiros (ou seja, a soma do passivo circulante com o passivo não circulante dividido pelo ativo total).

i. hipóteses de resgate

ii. fórmula de cálculo do valor de resgate

Não há possibilidade de resgates de ações de emissão da companhia além das legalmente previstas

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Considerando o perfil de curto e médio prazo do endividamento da Companhia, esta pretende alongar o seu perfil para adequar a sua capacidade de pagamento do montante principal e juros de suas dívidas com recursos provenientes da sua geração operacional de caixa.

Observando o endividamento, o fluxo de caixa e a posição de liquidez, a Companhia acredita ter liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora não possa garantir que tal situação permanecerá igual. Caso a Companhia entenda necessário contrair empréstimos para financiar seus investimentos, a mesma acredita ter capacidade para contratá-los atualmente.

(R\$ milhões)	2010	2009	2008
Empréstimos, financiamento e debêntures e encargos	1.284,4	1.034,8	1.034,8
Total de Disponibilidade(1)	109,4	35,1	40,3
Dívida Líquida(2)	1.175,0	999,7	994,5

(1) Disponibilidades é a soma dos itens "numerário disponível" e "aplicações no mercado aberto".

(2) Dívida líquida: empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos menos a disponibilidade.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

As principais fontes de recursos utilizadas pela companhia são: (1) Eletrobrás - a Eletrobrás fornece uma taxa de juros subsidiada de aproximadamente 6% ao ano e prazos de amortização em média de 120 meses; e (2) Debêntures no valor total de R\$ 250 milhões em 13 séries, a primeira série ao custo de CDI + 2,75% a.a. e as demais séries ao custo de IPCA + 9,15% a.a. com prazo de vencimento de 48 meses. A amortização do principal, para a 1ª série, será mensal a partir do 7º mês da data de emissão. A primeira amortização do principal para as demais séries sucedem-se do 12º ao 23º meses a partir da data de emissão, repetindo-se assim sucessivamente para as demais séries IPCA. A amortização dos juros para a 1ª série será mensal a partir da data de emissão e as demais séries anualmente na mesma data da amortização do principal.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia recorrerá ao mercado financeiro contratando operações em seu benefício, caso a sua geração de caixa não seja suficiente para suprir a sua necessidade de capital de giro e investimentos.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

O saldo dos empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia em 31 de dezembro de 2010 era de R\$ 1.431,9 milhões. Esse saldo, líquido do caixa e aplicações era de R\$ 1.425,0 milhões. Utilizando-se como parâmetro o índice "dívida financeira líquida dividida pela dívida financeira líquida mais patrimônio líquido", o resultado em 31 de dezembro de 2010 foi de 55,9%.

R\$ milhões	Em 31 de Dezembro de		
	2010	2009	2008
Dívida financeira líquida	1.175,0	999,7	994,5
Patrimônio líquido	1.129,4	1.156,0	1.168,6
Índice de endividamento	1,04	0,86	0,85

Definições:

Dívida Financeira Líquida – significa empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos menos caixa e aplicações.

Patrimônio Líquido – significa a conta patrimônio líquido do passivo.

Índice de endividamento – significa a dívida financeira líquida dividida pela dívida financeira líquida mais patrimônio líquido.

Índice de endividamento =
$$\frac{\text{Dívida Financeira Líquida}}{(\text{Dívida Financeira Líquida} + \text{Patrimônio Líquido})}$$

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

O saldo da conta empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívida aumentou 24,1%, passando de R\$ 1.034,8 milhões em 2009 para R\$ 1.284,4 milhões em 2010, principalmente devido a emissão de debêntures, em abril de 2010, no valor total de R\$ 250,0 milhões, para reforço de capital de giro e investimentos na companhia (mais detalhes sobre essa emissão poderá ser obtido na nota explicativa nº 22 – Debêntures). Considerando-se portanto as disponibilidades em caixa e aplicações, a dívida financeira da companhia passou de R\$ 999,7 milhões em 2009 para R\$ 1.175,0 milhões em 2010, representando um aumento de 17,5%.

Em 2010, a Eletrobrás liberou R\$ 222,9 milhões referentes a 5ª Tranche do Programa Luz Para Todos. Esse contrato tem o prazo para liquidação de 12 anos, sendo 2 anos de carência e 10 para amortização do principal. O custo da operação é de 5% a.a. de juros e 1% a.a. de taxa de administração.

Em 2010, a Companhia deliberou pela distribuição pública de debêntures simples da 2ª emissão, não conversíveis em ações, em 13 séries totalizando R\$ 250.000. A emissão será composta de 250 debêntures simples com o valor nominal unitário de R\$ 1.000. O prazo de vencimento das debêntures é de 4 anos. A primeira série (série CDI) tem carência de pagamento de principal pelos primeiros seis meses e será liquidada a partir de então em 42 prestações mensais. As debêntures da segunda à décima terceira séries (séries IPCA) terão pagamentos nas suas respectivas datas de aniversário (a primeira delas, portanto, terá o seu primeiro pagamento no décimo segundo mês e assim sucessivamente para as demais séries) totalizando também 48 meses a partir da data de emissão, definida como 15/4/2010. A remuneração das debêntures da 1ª série é de CDI mais 2,75% a.a. e das demais séries são de IPCA mais 9,15% a.a.. A amortização do principal, para a 1ª série, será mensal a partir do 7º mês da data de emissão. A primeira amortização do principal para as demais séries sucedem-se do 12º ao 23º meses a partir da data de emissão, repetindo-se assim sucessivamente para as demais séries IPCA. A amortização dos juros para a 1ª série será mensal a partir da data de emissão e as demais séries anualmente na mesma data da amortização do principal. Os recursos obtidos por meio desta emissão serão destinados ao refinanciamento de obrigações financeiras, reforço do capital de giro e investimentos da Companhia.

A companhia ainda conta com um ativo a receber de R\$ 188,0 milhões referentes recursos da sub-rogação da CCC, para amortização de parte de seu passivo financeiro, contratado para execução de obras nos sistemas Baixo Araguaia, Nova Monte Verde e Juruena. Trata-se de subsídio oriundo da implantação de projetos elétricos que proporcionam a redução do dispêndio da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis (CCC), e que contribui para a modicidade das tarifas aos consumidores finais, em virtude de obras que promovem a desativação de usinas térmicas e conseqüente redução no consumo de óleo diesel. Esses valores estão contabilizados no ativo da companhia e, de acordo com as regras estabelecidas pela ANEEL, esses benefícios são repassados à concessionária, após efetiva energização das obras, para pagamento da totalidade dos empréstimos obtidos para execução dessas obras.

A tabela abaixo descreve a evolução do endividamento total consolidado em aberto da Companhia nos períodos em referência:

Dívidas (R\$ milhões)	Em 31 de dezembro de		
	2010	2009	2008
Curto Prazo			
Moeda Estrangeira	60,9	65,1	84,6
Moeda Nacional	379,3	255,7	157,0
Longo Prazo			
Moeda Estrangeira	171,3	205,2	358,4
Moeda Nacional	672,9	508,8	434,8
Total Geral	1.284,4	1.034,8	1.034,8

Financiamentos relevantes e outras relações de longo prazo com instituições financeiras

São demonstrado abaixo as características das principais dívidas em 31 de dezembro de 2010:

Eletrobrás: empréstimos tomados para expansão dos sistemas de sub-transmissão, distribuição, comercialização, Programa Nacional de Irrigação e Programa Luz no Campo, sendo que a data de vencimento do último contrato ocorrerá em novembro/2022, com amortização mensal e trimestral, e as taxas de juros variam de 6% a 8,5% a.a., mais a variação do FINEL e UFIR, todos os contratos com carência de dois anos para o início das amortizações.

Eletrobrás: houve a liberação da 1a parcela no mês de agosto/2008, do contrato ECF 2673/2007, provindo dos recursos da RGR e trata do Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente, datado de 4/6/2008, com vencimento em novembro/2014, com prazo de amortização de 60 meses e carência de 15 meses a partir da 1a liberação à taxa de juros de 5,0% a.a..

Eletrobrás: empréstimos tomados para a implementação do Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica “Luz para Todos”, instituído pelo Decreto nº 4.873, de 11/11/2003, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia e operacionalizado pela Eletrobrás, com recursos originários da Reserva Global de Reversão - RGR. A amortização do contrato será em 120 parcelas mensais e sucessivas, com carência de 24 meses, vencendo a última parcela em abril/2022, com taxas de juros de 5% a.a..

Tesouro nacional: Banco do Brasil S.A. – reestruturação da dívida externa, com garantias do Tesouro Nacional, contratos assinados em 18/3/1998 e 22/9/1999 com taxas de juros que variam de 6,0% a 8,2% a.a., mais taxa Libor semestral e variação cambial, com amortização semestral, e a data do último vencimento ocorrerá em abril/2024.

Finame: investimentos no sistema de transmissão, distribuição e comercialização. A taxa média de juros de 4,3% a.a., acrescido da variação da TJLP, com amortização mensal e vencimento da última parcela ocorrendo em setembro/2013.

Capital de giro: As operações de capital de giros são indexadas a CDI, TR ou IPCA, com amortização mensal e vencimento da última parcela em novembro/2013.

- Operações indexadas a CDI com taxa média ponderada de 5,2% a.a.
- Operações indexadas a IPCA com taxa média ponderada de 10,0% a.a.
- Operações indexadas a TR com taxa média ponderada de 11,6% a.a.

Empréstimo “Unit Notes”: em fevereiro/2006, a CEMAT efetuou a emissão de US\$ 50.000 relativos à “Unit Note”, com prazo total para liquidação de 6 anos, sendo 3 anos de carência e 3 anos para amortização do principal e com taxa de juros nominal de 9,5% a.a.. O montante do principal dessa operação foi protegido contra as oscilações da variação cambial, por meio de instrumentos derivativos (vide nota explicativa nº 23). Em agosto de 2007, a Companhia antecipou pagamentos no montante de US\$ 31.899, correspondentes a R\$ 61.231.

Investimentos: contratos firmados pela Companhia cujos recursos destinam-se a investimentos conforme abaixo:

Contrato, empréstimo ponte com o Bradesco, assinado em julho/2007, com a finalidade de construção de linhas de transmissão e ampliação de subestações, conforme elenco de obras subrogados com recursos da CCC através da resolução 906, de 2/5/2007, com taxas de juros de 2,00% a.a. mais a variação de CDI, com pagamentos de juros ocorrendo em abril, agosto e outubro de 2008, e amortização das parcelas de principal mais encargos em 42 meses vencendo a primeira em janeiro/2009 a última em junho/2012;

Contrato, empréstimo ponte com o Banco Santander, assinado em março/2008, com a finalidade de construção de linhas de transmissão e ampliação de subestações, conforme elenco de obras sub-rogados com recursos da CCC através da resolução 897 de 2/5/2007, com taxas de juros de 1,55% a.a. mais a

variação de CDI, com a amortização das parcelas de principal e encargos em 48 meses vencendo a primeira em janeiro/2009 a última em dezembro/2012;

Contrato, empréstimo ponte com o ITAÚ BBA, assinado em dezembro/2008 e março/2009, com a finalidade de Interligação da região de Juruena ao Sistema Interligado Nacional - SIN, com taxas de juros de 4,3% a.a. mais a variação de CDI, com pagamento único para quitação em junho/2010, no valor R\$ 40.000. Através de aditivos, foi prorrogado o vencimento para fevereiro/2011 e a taxa passou a ser de 4,59% a.a. mais a variação de CDI;

Contrato, empréstimo ponte com o Banco Fibra, assinado em agosto/2010, com a finalidade de construção de linhas de transmissão e ampliação de subestações, conforme elenco de obras subrogadas com recursos da CCC através da Resolução 1.877, de 7/4/2009 com taxas de juros de 4,43% a.a. mais a variação do CDI, com a amortização das parcelas de principal e encargos em 45 meses vencendo a primeira em dezembro/2011 e a última em agosto/2015.

Arrendamento mercantil: contratos de arrendamento mercantil de veículos, cuja taxa média ponderada é de 3,19% a.a. acrescido do CDI, amortização mensal e vencimento da última parcela em setembro/2013, e arrendamento mercantil de aeronaves sendo uma com custo de Libor trimestral acrescido de 3,5% a.a. e a outra ao custo de 6,15% a.a. ambas acrescida da variação cambial, com amortizações trimestrais de principal e juros, sendo que a data do último vencimento será em setembro/2020. A dívida total a valor presente dos arrendamentos mercantis em 31/12/2010 é de R\$ 47.405.

iii. Grau de Subordinação entre as dívidas

O saldo do endividamento financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2010 era de R\$ 1.284,4 milhões, assim segmentados: (i) R\$435,4 milhões ou 33,9% de garantias reais por meio de recebíveis; (ii) R\$265,9 milhões ou 20,7% estavam garantidos por aval do Acionista Controlador, Rede Energia S.A. ("Rede"); (iii) R\$339,1 milhões ou 26,4% de garantias reais por meio de recebíveis e por aval dos Acionistas Controladores, Rede Energia S.A.; e (iv) R\$244,0 milhões ou 19,0% de garantias quirografárias, ou seja, livres de garantias. O grau de subordinação das dívidas, em relação às suas garantias, será sempre real, flutuante e quirografária, excetuando-se outras legalmente previstas.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

BID

Estes empréstimos são garantidos de forma independente um do outro com contas a receber da CEMAT, bem como os pagamentos de vencimentos previstos em seus contratos de concessão. O empréstimo do BID é garantido pela Rede e exigem que os acionistas controladores da CEMAT, inclusive a Rede, celebraram um contrato de retenção de ações para acordar que não haverá troca de controle em relação à CEMAT e que a garantia do BID de receber o pagamento de vencimento previstos nos respectivos contratos de concessão permanecerão válidos e com efeito. A Companhia está sujeitas a cumprir cláusulas contratuais destes empréstimos, inclusive de atendimento de compromissos financeiros (tais como, índice de endividamento (max. 3,50), capital de terceiros (max. 0,60), de dívida em relação ao EBITDA1 (max. 1,00), de dívida a curto prazo em relação ao EBITDA (max. 0,75) e de despesas com pagamentos de juros (min. 2,00)), bem como restrições de investimentos, ônus, fusões e consolidações, venda de ativos e

¹ O EBITDA representa o lucro (prejuízo) líquido excluindo-se os efeitos de resultado em participações societárias, resultado financeiro, resultado não operacional, imposto de renda, contribuição social, crédito fiscal diferido, participação dos minoritários, depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida sob as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou dos Estados Unidos e não deverá ser considerado como alternativa ao lucro líquido como indicador do resultado operacional nem como alternativa ao caixa operacional como indicador de liquidez. O EBITDA por nós calculado pode não ser comparável ao EBITDA utilizado por outras companhias.

operações com partes relacionadas, e ainda, políticas ambientais, de saúde, de segurança, de trabalho e de responsabilidade social do BID.

Em relação aos empréstimos do BID, a Rede concorda em não onerar, trocar, ceder como forma de pagamento, vender ou transferir ações ordinárias de emissão da Companhia, de sua titularidade, que poderiam causar a sua perda da posição de detentor da maioria das ações ordinárias de emissão da CEMAT em circulação.

Debênture - 2ª (segunda) emissão

As debêntures contarão com as seguintes garantias: (i) garantia fidejussória, na forma de fiança, da controladora, Rede Energia S.A.; e (ii) cessão fiduciária pela Companhia em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, em garantia da dívida representada pelas Debêntures: (a) dos direitos de crédito oriundos do fornecimento futuro de energia elétrica pela Companhia aos consumidores em montante equivalente a 150% (cento e cinquenta por cento) do valor devido pela Companhia aos titulares das Debêntures em cada data de pagamento a título de remuneração e amortização do Valor Nominal Unitário das Debêntures, limitado a 7,34% (sete inteiros e trinta e quatro centésimos por cento) da receita operacional líquida da Companhia, sendo certo que, em caso de excussão, somente serão retidos para pagamento recursos em montante correspondente a 150% (cento e cinquenta por cento) do valor total devido pela Companhia aos Debenturistas em cada uma das datas de pagamento da remuneração e datas de amortização, somado a eventuais despesas de excussão. A Companhia está sujeitas a cumprir cláusulas na escritura desta emissão, inclusive de atendimento de compromissos financeiros, tais como, índice de endividamento (max. 3,25) e de despesas com pagamentos de juros (min. 2,00).

g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Os financiamentos já contratos foram integralmente utilizados.

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Resultados Operacionais

Análise dos Resultados do Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2010 comparados com o Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2009

Receita Operacional Bruta

A receita operacional bruta da CEMAT apresentou um aumento de 13,2%, passando de R\$ 2.510,9 milhões em 2009 para R\$ 2.842,4 milhões em 2010. A receita operacional líquida do exercício de 2010 foi de R\$ 1.956,6 milhões, representando um aumento de 16,6% em relação à receita verificada em 2009. Esse incremento foi influenciado pelo crescimento do mercado consumidor cativo em 2,5%, já explicado em tópico anterior, bem como, pelo aumento do preço médio de venda de energia elétrica a todo mercado consumidor. Outro fator que influenciou o aumento da receita bruta foi a receita de construção que passou de R\$ 306,3 milhões em 2009, para R\$ 461,0 milhões em 2010. Vale acrescentar que essa receita é parte dos efeitos da adoção do IFRS (*International Financial Report Standard*), Normas Internacionais de Contabilidade, pela companhia, a partir de 31 de dezembro de 2010 e não constitui efeito real sobre o resultado operacional da companhia, uma vez que esses mesmos valores (tanto para 2009 quanto para 2010) aparecem no custo de operação, resultando em efeito zero no EBITDA. Retirando-se portanto os efeitos da receita de construção, o aumento da receita bruta seria de 8,0%, passando de R\$ 2.204,6 milhões em 2009 para R\$ 2.381,4 milhões em 2010.

Custo do Serviço

O custo do serviço de energia elétrica, composto de energia elétrica comprada para revenda e encargos do uso de sistema de transmissão e distribuição, totalizou R\$ 900,7 milhões em 2010, o que representa um acréscimo de 14,5% em relação aos R\$ 786,9 milhões de 2009. Essa variação é resultado do aumento de

2,1% na energia comprada (de 6.423 GWh em 2009 para 6.559 GWh em 2010), e aumento do custo médio de compra dessa energia, que foi de 13,3%.

Custo da Operação

O custo de operação foi de R\$ 696,7 milhões em 2010 e R\$ 522,0 milhões em 2009, representando um crescimento de 33,5%. Esse aumento se deu principalmente pelos custos de construção, que em função da adoção das práticas do IFRS passam a transitar pelas contas de resultado como custo de operação. Desconsiderando-se portanto os custos de construção, o aumento do custo de operação seria de 9,3%.

Despesas Operacionais

As despesas operacionais registraram um aumento de 21,9%, passando de R\$ 104,6 milhões em 2009 para R\$ 127,6 milhões em 2010, principalmente devido aos gastos incorridos durante o exercício de 2010 com a implantação de projetos como o Centro de Serviços Compartilhados (CSC) e do sistema operacional SAP.

EBITDA

O EBITDA da companhia, calculado a partir do resultado do serviço acrescido da amortização, depreciação e perdas na alienação/desativação de bens e direitos, reduziu de R\$ 380,1 milhões em 2009 para R\$ 360,7 milhões em 2010, representando uma variação de 5,1%. Essa redução se deu principalmente em razão do aumento de R\$ 113,8 milhões no custo do serviço de energia elétrica, já explicado em parágrafo anterior.

Resultado Líquido

O lucro líquido da companhia passou de R\$ 149,5 milhões em 2009 para R\$ 18,8 milhões em 2010, influenciado pela redução do EBITDA, e também pelo aumento do resultado financeiro, que passou de uma despesa de R\$ 92,5 milhões em 2009 para uma despesa de R\$ 185,3 milhões em 2010, influenciado principalmente pela redução de R\$ 59,7 milhões na receita financeira (receita financeira não recorrente em 2009 devido a benefício oriundo do parcelamento de tributos - Lei 11.941/2009); e pelo aumento de encargos de dívida em R\$ 33,9 milhões.

Análise dos Resultados do Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2009 comparados com o Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2008

Receita Operacional Bruta

A receita operacional bruta da CEMAT apresentou um aumento de 9,8%, passando de R\$ 1.997,4 milhões em 2008 para R\$ 2.192,9 milhões em 2009. A receita operacional líquida do exercício de 2009 foi de R\$ 1.364,3 milhões, representando um aumento de 9,2% em relação à receita verificada em 2008. Esse incremento foi influenciado pelo crescimento do mercado consumidor em 4,9%, em consequência do crescimento ocorrido no consumo das classes residencial e comercial e do aumento do preço médio da venda de energia elétrica em 4,6%.

Custo do Serviço

O custo do serviço, composto de energia elétrica comprada para revenda e encargos do uso de sistema de transmissão, totalizou R\$ 789,8 milhões em 2009, o que representa um acréscimo de 18,3% em relação aos R\$ 667,9 milhões de 2008, principalmente devido ao aumento dos custos dos encargos de uso do sistema em 119,8%. Em 2009, no valor da Tarifas de Uso do Sistema foi acrescentada uma parcela relativa ao uso do Sistema de Transmissão das Geradoras, ligadas à rede da CEMAT. Essa alteração foi informada pelo Operador Nacional do Sistema – ONS.

Custo da Operação

O Custo de Operação foi de R\$ 215,6 milhões em 2009 e R\$ 255,5 milhões em 2008, representando uma redução de 15,6%. Essa redução foi principalmente influenciada pelo final do contrato de terceirização dos custos de operação e manutenção das usinas térmicas no Baixo Araguaia, bem como pela redução do custo de matéria prima e insumos para produção de energia elétrica, ocasionada pela interligação da região do Araguaia ao Sistema Interligado Nacional - SIN.

Despesas Operacionais

As despesas operacionais tiveram elevação de 16,1%, passando de R\$ 79,7 milhões em 2008 para R\$ 92,6 milhões em 2009, principalmente devido à elevação de 19,0% nas despesas com vendas e 16,9% nas despesas gerais e administrativas.

EBITDA

O EBITDA da companhia, calculado a partir do resultado do serviço acrescido da amortização e depreciação, aumentou de R\$ 351,1 milhões em 2008 para R\$ 380,5 milhões em 2009, representando um incremento de 8,4%. Esse aumento foi principalmente em razão do crescimento de 4,9% no mercado consumidor, com consequente reflexo na receita operacional líquida que cresceu 9,2%, e também da redução de 15,6% no custo das operações.

Resultado Líquido

O lucro líquido do exercício passou de R\$ 84,6 milhões em 2008 para R\$ 167,0 milhões em 2009, influenciado pelo crescimento de 8,0% no resultado do serviço e pela evolução positiva do resultado financeiro, que passou de uma despesa de R\$ 109,2 milhões em 2008 para uma despesa de R\$ 67,6 milhões em 2009.

Principais Alterações nas Contas Patrimoniais

Contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2010 comparadas com 31 de dezembro de 2009

Ativo Circulante

Numerário Disponível e Aplicações No Mercado Aberto

Em 31 de dezembro de 2010, nosso numerário disponível e aplicações no mercado aberto totalizam R\$109,4 milhões, comparados aos R\$35,1 milhões em 31 de dezembro de 2009, principalmente devido ao montante de R\$72,8 milhões mantidos em aplicações financeiras.

Consumidores

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo da conta consumidores e revendedores foi de R\$456,8 milhões, comparados com R\$373,5 milhões em 31 de dezembro de 2009. Tal aumento de R\$83,3 milhões ou 22,3%, ocorreu, principalmente, em virtude do aumento do faturamento, e dos vencimentos que passaram do longo para o curto prazo.

Impostos e Contribuições Sociais a Compensar

Em 31 de dezembro de 2010, o montante de tributos e contribuições sociais a compensar correspondem a R\$36,4 milhões, comparado aos R\$27,1 milhões de 31 de dezembro de 2009. Tal aumento de R\$9,3 milhões ou 34,3% ocorreu principalmente devido ao aumento dos saldos negativos de imposto de renda e contribuição social apurados na declaração de ajuste anual.

Ativo Realizável a Longo Prazo

Consumidores

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo da conta consumidores e revendedores foi de R\$166,6 milhões, comparados aos R\$229,4 milhões em 31 de dezembro de 2009. Tal redução de R\$62,8 milhões ou 27,4% ocorreu principalmente em virtude dos vencimentos que passaram para o curto prazo.

Empresas Relacionadas

Em 31 de dezembro de 2010, nosso realizável em longo prazo contabilizava R\$100,3 milhões referentes a empresas relacionadas, comparados aos R\$92,6 milhões em 31 de dezembro de 2009. O aumento de R\$7,7 milhões ou 8,3% ocorreu principalmente pela concessão de crédito para uma das empresas relacionadas, Caiuá Distribuição de Energia S.A., cujo saldo passou de R\$0,2 milhão em 2009 para R\$ 15,6 milhões em 2010.

Créditos Tributários Diferidos

Em 31 de dezembro de 2010, nossos créditos tributários diferidos totalizaram R\$133,8 milhões, comparados aos R\$162,8 milhões em 31 de dezembro de 2009. Essa diminuição de R\$29,0 milhões ou 21,7% foi decorrente da utilização de créditos de Imposto de Renda e Contribuição Social.

Ativo Intangível e Ativo Financeiro dos Contratos de Concessão

O total dos ativos intangíveis e financeiros em 2010 foi de R\$1.965,2 milhões, o que representa um aumento de 5,5% (R\$102,3 milhões) em relação aos R\$1.862,9 milhões de 2009, principalmente devido a variação de R\$86,0 milhões no ativo financeiro, que é a parcela indenizável ao final da concessão.

Passivo Circulante

Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo da conta de fornecedores era de R\$127,0 milhões, comparados aos R\$167,4 milhões em 31 de dezembro de 2009, representando uma redução de R\$40,4 milhões ou 24,1%, principalmente devido a redução de R\$30,3 milhões nos fornecedores de materiais e serviços redução de R\$5,1 milhões nos encargos de uso da rede elétrica.

Empréstimos, Financiamentos e Debêntures

Nossos empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos totalizaram R\$440,3 milhões em 31 de dezembro de 2010 e R\$320,8 milhões em 2009, representando um aumento de 37,3% (R\$119,5 milhões). Esse aumento ocorreu principalmente devido (i) emissão de debêntures, que agregou R\$81,4 milhões ao saldo devedor, e (ii) aumento de R\$35,2 milhões no capital de giro.

Passivo Exigível a Longo Prazo

Impostos, Contribuições Sociais e Parcelamentos

Nossos impostos, contribuições sociais e parcelamentos totalizaram R\$116,8 milhões em 31 de dezembro de 2010 e R\$ 79,6 milhões em 31 de dezembro de 2009, representando um aumento de 46,7% (R\$37,2 milhões). Esse aumento foi principalmente decorrente da adesão ao novo parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/09.

Empréstimos, Financiamentos e Debêntures

Nossos empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de longo prazo totalizaram R\$844,2 milhões em 31 de dezembro de 2010 e R\$714,1 milhões em 31 de dezembro de 2009, representando um aumento de 18,2% (R\$130,1 milhões) principalmente devido a: (i) emissão de debêntures, que agregou R\$180,2 milhões ao saldo de longo prazo; e (ii) redução de R\$46,7 milhões no saldo do BID, devido a amortização do principal e variação cambial – esse empréstimo é em US\$.

Empresas Relacionadas

Em 31 de dezembro de 2010, nosso exigível em longo prazo totalizou R\$33 mil (trinta e três mil reais) e R\$42,0 milhões em 31 de dezembro de 2009. Essa redução foi devido ao pagamento às seguintes companhias relacionadas: Rede Comercializadora S.A (R\$8,3 milhões), Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins (R\$18,5 milhões) e Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. (R\$14,9 milhões).

Encargos Tributários Sobre Reserva de Reavaliação

Nossos encargos tributários sobre reserva de reavaliação no longo prazo totalizaram R\$134,8 milhões em 31 de dezembro de 2010, representando um decréscimo de R\$12,6 milhões em relação aos R\$147,4 milhões em 31 de dezembro de 2009. Essa diminuição de 8,6% foi devida à realização da reserva de reavaliação, conforme determina a legislação brasileira.

Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2010 o Patrimônio Líquido foi de R\$1.168,6 milhões, comparados aos R\$1.156,0 milhões em 31 de dezembro de 2009. Essa variação pouco expressiva de R\$12,6 foi influenciada pelo aumento de R\$37,1 milhões nas reservas e redução de R\$24,5 milhões nos outros resultados abrangentes.

Contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2009 comparadas com 31 de dezembro de 2008

Ativo Circulante

Numerário Disponível e Aplicações No Mercado Aberto

Em 31 de dezembro de 2009, nosso numerário disponível e aplicações no mercado aberto totalizam R\$35,1 milhões, comparados a R\$40,3 milhões em 31 de dezembro de 2008. Tal diminuição de R\$5,2 milhões ou 12,9% ocorreu, principalmente, em decorrência da redução do caixa gerado pelas atividades operacionais em R\$ 35,9 milhões, compensado pela redução nos desembolsos para investimentos.

Consumidores

Em 31 de dezembro de 2009, o saldo da conta consumidores e revendedores é de R\$378,5 milhões, comparados com R\$360,1 milhões em 31 de dezembro de 2008. Tal aumento de R\$ 18,4 milhões ou 5,1%, ocorreu, principalmente, em virtude das do aumento do faturamento, porém se comparado com o exercício de 2008 a relação existente de consumidores por receita sofreu uma pequena melhora passando de 18% em 2008 para 17,3% em 2009.

Provisão Para Crédito de Liquidações Duvidosas - PCLD

Em 31 de dezembro de 2009, o saldo da PCLD é de R\$15,1 milhões, comparados com R\$18,6 milhões em 31 de dezembro de 2008, apresentando uma redução de R\$ 3,5 milhões ou 18,8% principalmente por conta da redução da inadimplência em virtude de negociações juntos aos clientes.

Tributos e Contribuições Sociais a Compensar

Em 31 de dezembro de 2009, o montante de tributos e contribuições sociais a compensar correspondem a R\$27,1 milhões, comparado a R\$15,4 milhões de 31 de dezembro de 2008. Tal aumento de R\$ 11,7 milhões ou 76% ocorreu em decorrência do aumento do ICMS a recuperar oriundo investimentos efetuados.

Ativo Realizável a Longo Prazo

Consumidores

Em 31 de dezembro de 2009, o saldo da conta consumidores e revendedores é de R\$230,0 milhões, comparados aos R\$218,4 milhões em 31 de dezembro de 2008. Tal aumento de R\$11,6 milhões ou 5,3% ocorreu em virtude renegociação com sucesso com clientes inadimplentes.

Empresas Relacionadas

Em 31 de dezembro de 2009, nosso realizável em longo prazo contabilizava R\$92,6 milhões referentes a empresas relacionadas, comparados aos R\$44,7 milhões em 31 de dezembro de 2008. Tal aumento de R\$47,9 milhões ou 107,2% ocorreu principalmente pela concessão de crédito para uma das controladas da Rede Energia S.A. a Centrais elétricas do Pará - CELPA.

Créditos Tributários Diferidos

Em 31 de dezembro de 2009, nossos créditos tributários diferidos totalizaram R\$114,1 milhões, comparados aos R\$193,9 milhões em 31 de dezembro de 2008. Tal diminuição de R\$ 79,8 milhões ou 41,2% é decorrente da utilização de créditos de Imposto de Renda e Contribuição Social para a quitação de juros e multas referente ao parcelamento instituído pela Lei 11.941/09.

Imobilizado – Líquido

Nosso imobilizado líquido atingiu R\$1.835,7 milhões em 31 de dezembro de 2009, representando um aumento de 6,2%, em relação aos R\$1.728,5 milhões apresentados em 31 de dezembro de 2008. Esse aumento de R\$107,2 milhões decorreu, principalmente, em virtude do programa Luz para Todos que conecta clientes em lugares distantes.

Passivo Circulante

Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2009, o saldo da conta de fornecedores era de R\$167,4 milhões, comparados aos R\$209,4 milhões em 31 de dezembro de 2008, representando uma redução de R\$42,0 milhões ou 20,1%, devida à liquidação do parcelamento de energia comprada junto a FURNAS em que no exercício de 2008 estava avaliada em R\$ 34,1 milhões.

Tributos, Contribuições Sociais e Parcelamentos

Nossos tributos, contribuições sociais e parcelamentos a recolher totalizaram R\$ 169,9 milhões em 31 de dezembro de 2009, um aumento de R\$ 39,6 milhões, em relação aos R\$ 130,3 milhões de 31 de dezembro de 2008. Esse aumento de 30,4 % ocorreu principalmente devido aos impostos correntes em razão do aumento da receita.

Empréstimos, Financiamentos e Debêntures

Nossos empréstimos, financiamentos e debêntures totalizaram R\$320,8 milhões em 31 de dezembro de 2009, um crescimento de R\$ 79,2 milhões em comparação aos R\$ 241,6 milhões apresentados em 31 de dezembro de 2008. Tal aumento de 32,8% ocorreu devido (i) à migração dos vencimentos de longo para o curto prazo da Companhia, e (ii) aos encargos sobre as parcelas de curto prazo da Companhia.

Passivo Exigível a Longo Prazo

Tributos, Contribuições Sociais e Parcelamentos

Nossos tributos, contribuições sociais e parcelamentos a recolher em longo prazo totalizaram R\$ 79,6 milhões em 31 de dezembro de 2009. Tal redução foi de R\$ 128,7 milhões em relação aos R\$ 208,3 milhões de 31 de dezembro de 2008. Essa diminuição de 61,8% é decorrente de dois fatores, (i) amortização dos parcelamentos com os créditos oriundos de prejuízos fiscais, instituídos pela Lei 11.941/09, e (ii) amortização de encargos.

Empréstimos, Financiamentos e Debêntures

Nossos empréstimos, financiamentos e debêntures em longo prazo totalizaram R\$ 714,1 milhões em 31 de dezembro de 2009. Houve uma redução de R\$ 79,1 milhões em comparação aos R\$ 793,2 milhões apresentados em 31 de dezembro de 2008. Tal redução de 10% está refletida principalmente em transferências de parcelas de empréstimos e financiamentos para o curto prazo e pela variação cambial.

Empresas Relacionadas

Em 31 de dezembro de 2009, nosso exigível em longo prazo totalizou R\$42,1 milhões referentes a empresas relacionadas, comparados aos R\$39,9 milhões em 31 de dezembro de 2008. Tal aumento de R\$ 2,2 milhões ou 5,5% decorreu da apropriação de juros no exercício.

Encargos Tributários Sobre Reserva de Reavaliação

Nossos encargos tributários sobre reserva de reavaliação a recolher em longo prazo totalizaram R\$143,9 milhões em 31 de dezembro de 2009, representando um decréscimo de R\$13,3 milhões, em relação aos R\$157,2 milhões em 31 de dezembro de 2008. Essa diminuição de 8,5% é devido à realização da reserva de reavaliação, conforme determina a legislação brasileira.

Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2009 o Patrimônio Líquido foi de R\$1.252,4 milhões, comparados aos R\$1.129,4 milhões em 31 de dezembro de 2008. Tal aumento de R\$123,0 milhões ou 10,9% foi devido a dois fatores, (i) a realização da reserva de reavaliação no período de R\$25,8 milhões, e (ii) a retenção de lucros para a reserva de investimento no valor de R\$140,5 milhões.

Reserva de Reavaliação

Em 31 de dezembro de 2009, nossa reserva de avaliação totalizou R\$ 292,8 milhões, comparados aos R\$318,6 milhões em 31 de dezembro de 2008. Essa diminuição de R\$25,8 milhões ou 8,1% é devido à realização da reserva de reavaliação, conforme determina a legislação brasileira.

10.2. Os diretores devem comentar:

a. Resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A Companhia tem a distribuição de energia no Estado do Mato Grosso como sua fonte de receita.

Na tabela abaixo é demonstrada a receita líquida dos últimos 3 exercícios sociais:

R\$ milhões	Em 31 de Dezembro de		
	2010	2009	2008
Receita Bruta	2.842,4	2.510,9	1.830,2
Deduções	(885,8)	(832,6)	(701,3)
Receita Líquida	1.956,6	1.678,3	1.128,9

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

A Companhia possui, principalmente, os seguintes fatores:

- alteração nos custos da Companhia, incluído o preço de energia;
- alterações nas tarifas de energia que a Companhia poderá cobrar de seus clientes decorrente de revisão e reajustes tarifários homologados pela ANEEL;
- disponibilidade de energia para atendimento sem restrições ao mercado;
- condições econômicas no Brasil em geral e nas áreas de concessão da Companhia;
- mudanças na regulação e legislação do setor elétrico;
- resultados das disputas judiciais e contingências; e
- variação cambial e de taxa de juros.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A receita requerida anual, que representa a receita necessária para as distribuidoras manterem o equilíbrio econômico-financeiro, é segregada em 2 parcelas para fins de sua determinação:

- Parcela A: Compreende os custos “não-gerenciáveis” das distribuidoras, ou seja, os custos cujo montante e variância estão fora do controle e influência da Companhia.
- Parcela B: Compreende os custos “gerenciáveis”, que são os custos inerentes as operações de distribuição de energia, estando assim sujeitos ao controle ou influência das práticas de gestão adotadas pela Companhia. Também inclui a remuneração do capital, e também um percentual regulatório de receitas irrecuperáveis.

O contrato de concessão de distribuição de energia da Companhia estabelece a tarifa inicial e, prescreve os seguintes mecanismos de atualização tarifária:

- Reajuste tarifário anual: Objetiva restabelecer anualmente o poder de compra da receita obtida pela Companhia. Representa um ajuste referente as flutuações dos custos da Parcela “A” e a inflação (IGP-M) da Parcela “B” decrescido ou acrescido do Fator “X” (meta de eficiência para o próximo período).
- Revisão tarifária extraordinária: Pode ocorrer a qualquer momento quando acontecer um desequilíbrio econômico-financeiro no acordo de concessão.

- Revisão tarifária periódica: Objetiva analisar, a cada 5 anos, o equilíbrio financeiro-econômico da concessão. O processo se dá através da revisão da receita necessária para cobertura dos custos operacionais eficientes e a remuneração adequada sobre os investimentos realizados com prudência.

A revisão tarifária periódica é aplicável sobre Parcela “B”, tendo seu mecanismo conduzido em 2 etapas. Na primeira etapa, o chamado reposicionamento tarifário, que se baseia na definição da parcela da receita necessária para coberta dos custos operacionais eficientes, dado um nível de qualidade do serviço e uma remuneração sobre os investimentos realizados com prudência. A segunda etapa consiste no cálculo do Fator “X”, que estabelece metas de eficiência para o próximo período.

(a) Encargo pago mensalmente, no montante anual equivalente a 2,5% dos investimentos efetuados pela Companhia em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, limitando-se a 3% da receita anual. Tem finalidade principal de prover recursos para reversão/encampação dos serviços de energia elétrica, não se limitando a esses objetivos.

(b) Encargo que visa cobrir os custos anuais de geração termelétrica, cujo montante anual é fixado para cada empresa em função do seu mercado e necessidade do uso das usinas termelétricas.

(c) Encargo que tem a finalidade de constituir a receita da ANEEL para cobertura de suas despesas administrativas e operacionais. Este é fixado anualmente e pago mensalmente.

(d) Encargo para cobertura dos custos da energia elétrica produzida por empreendimentos de produtores independentes autônomos, concebidos com base em fontes eólicas, pequenas centrais elétricas e biomassa. Calculado anualmente pela ANEEL, e pago mensalmente pela Companhia.

(e) Encargo com finalidade de prover recursos para o desenvolvimento e competitividade energética dos estados, bem como, a universalização do serviço de energia elétrica. Seu valor é fixado anualmente pela ANEEL.

(f) Referente à aplicação de 1% da receita operacional líquida anual, sendo no mínimo 0,75% em pesquisa e desenvolvimento e 0,25% em eficiência energética no setor elétrico.

(g) Refere-se à parcela da receita destinada à cobertura dos custos diretamente vinculados à prestação do serviço de distribuição de energia elétrica.

(h) Representa à parcela da receita necessária à formação dos recursos financeiros destinados à recomposição dos investimentos realizados.

(i) É a parcela da receita necessária para promover rendimento do capital investido na prestação do serviço de distribuição de energia elétrica.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

A situação financeira e o resultado das operações da Companhia são afetados pela inflação, pelas tarifas praticadas nos leilões de venda de energia que refletem oferta e demanda, além das características da fonte da energia comercializada, as oscilações nas tarifas cobradas dos consumidores e os encargos setoriais ambos homologados anualmente pela ANEEL, sendo que as variações são reconhecidas nas tarifas cobradas dos consumidores por meio do mecanismo de CVA. Desta forma, a maioria de seus custos e despesas é denominada em Reais e está atrelada aos índices de medição da inflação, exceto pela tarifa de compra de energia das quotas de Itaipu que é denominada em dólar, sendo as variações da taxa de câmbio desse contrato também são reconhecidas nas tarifas de distribuição por meio do mecanismo da CVA. Além disso, a Companhia está exposta às taxas de juros cobradas nos financiamentos e não possui dívida denominada em moeda estrangeira.

10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Não há nesta data, expectativa de introdução ou alienação futura de segmento operacional.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não Aplicável.

c. Eventos ou operações não usuais

Não Aplicável

10.4 – Os diretores devem comentar:

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB), as quais abrangem a legislação societária brasileira, as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e normas aplicáveis às concessionárias de serviço público de energia elétrica, definidas pelo poder concedente, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas (coletivamente “CPCs”) emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) adotados no Brasil e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

b. Efeitos significativos das alterações nas práticas contábeis

A Companhia adotou a data de transição como 1/1/2009 (Balanço de Abertura), assim, as últimas demonstrações financeiras pelas práticas contábeis anteriores foram as referentes ao exercício findo em 31/12/2008. A seguir é apresentada uma reconciliação das demonstrações financeiras e os ajustes requeridos pela primeira adoção dos CPCs, convergentes as IFRS, segundo o CPC 37 R1 que trata da adoção inicial das normas internacionais de relatório financeiro.

	1/1/2009			31/12/2009		
	Práticas contábeis anteriores	Efeitos de mudança de prática	Saldo ajustado	Práticas contábeis anteriores	Efeitos de mudança de prática	Saldo ajustado
ATIVO						
ATIVO CIRCULANTE						
Consumidores	360.148	(26.812)	333.336	378.529	(5.058)	373.471
(-)Perda no valor recuperável (a)	(18.633)	(20.902)	(39.535)	(15.122)	(30.373)	(45.495)
Impostos e contribuições sociais diferidos (b)	2.610	(2.610)	-	795	(795)	-
Serviços em curso	20.070	(4.916)	15.154	37.560	(6.041)	31.519
Ativos regulatórios (c)	5.672	(5.672)	-	29.309	(29.309)	-
Total do ativo circulante	479.859	(60.912)	418.947	575.543	(71.576)	503.967
ATIVO NÃO CIRCULANTE						
Realizável a longo prazo						
Consumidores	218.416	(602)	217.814	230.007	(602)	229.405
(-)Perda no valor recuperável (a)	-	(28.030)	(28.030)	-	(28.030)	(28.030)
Depósitos judiciais	15.902	(5.263)	10.639	17.342	(6.739)	10.603
Impostos e contribuições sociais diferidos (b) (d)	193.854	41.460	235.314	114.105	48.674	162.779
Ativos regulatórios (c)	60.433	(60.433)	-	73.541	(73.541)	-
Ativo financeiro - concessões (e)	-	205.629	205.629	-	260.835	260.835
Total do realizável a longo prazo	1.001.579	152.761	1.154.340	877.060	200.597	1.077.657
Imobilizado - líquido (e)	1.728.481	(1.728.481)	-	1.835.755	(1.835.755)	-
Intangível - líquido (e)	16.543	1.522.851	1.539.394	26.045	1.574.920	1.600.965
Total do ativo não circulante	2.750.693	(52.869)	2.697.824	2.743.187	(60.238)	2.682.949
ATIVO TOTAL	3.230.552	(113.781)	3.116.771	3.318.730	68.783	3.186.916
PASSIVO CIRCULANTE						
Impostos e contribuições sociais diferidos (b) (d)	6.022	(6.022)	-	-	-	-
Passivos regulatórios (c)	9.617	(9.617)	-	800	(800)	-
Outros	-	-	-	12.960	20.636	33.596
Total do passivo circulante	671.081	(15.639)	655.442	788.610	19.836	808.446
PASSIVO NÃO CIRCULANTE						
Impostos e contribuições sociais diferidos (b)	-	6.022	6.022	(569)	-	(569)
Encargos tributários sobre reserva de reavaliação (f)	157.218	3.495	160.713	143.918	3.495	147.413
Passivos regulatórios (c)	29.270	(29.270)	-	59.230	(59.230)	-
Outros	11.658	520	12.178	20.490	520	21.010
Total do passivo não circulante	1.430.035	(19.233)	1.410.802	1.277.680	(55.215)	1.222.465
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Outros resultados abrangentes	318.580	(3.494)	315.086	292.761	(3.494)	289.267
Prejuízos acumulados	-	(75.415)	(75.415)	-	(92.941)	(92.941)
Total do patrimônio líquido	1.129.436	(78.909)	1.050.527	1.252.440	(96.435)	1.156.005
PASSIVO TOTAL	3.230.552	(113.781)	3.116.771	3.318.730	(131.814)	3.186.916

(a) O CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, altera os critérios de mensuração da antiga provisão de créditos de liquidação duvidosa (PCLD), agora denominada de perda no valor recuperável (*impairment*). O montante registrado no balanço de abertura foi incrementado em R\$ 20.902 (R\$ 30.373 em 31/12/2009) no circulante, e R\$ 28.030 (R\$ 28.030 em 31/12/2009) no não circulante de acordo com a nova metodologia de mensuração. Com a finalidade de compensação de impostos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal, a Companhia adquiriu em 2003, créditos de origem não tributária decorrentes da condenação da União Federal em ação indenizatória, reconhecidos por decisão judicial transitada em julgado. A realização do crédito depende do sucesso da ação atualmente em fase de execução, sendo considerado provável o êxito da ação pelos assessores jurídicos. Uma nova mensuração feita, por meio de uma análise criteriosa e à luz das alterações trazidas pelo CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, levou a Administração a decidir pela

constituição de perda no valor recuperável do valor integral desse instrumento financeiro, sendo o ajuste reconhecido na data da transição.

(b) Segundo o CPC 32 - Tributos sobre o lucro, o saldo de ativo diferido no montante de R\$ 2.610 (R\$ 795 em 31/12/2009) e passivo fiscal diferido no montante de R\$ 6.022 deve ser classificado integralmente como não circulante.

(c) Alguns ativos e passivos regulatórios não atendem a definição de ativo e passivo segundo a Estrutura Conceitual Básica (*Framework*). O saldo do ativo regulatório foi reduzido em R\$ 5.672 (R\$ 29.309 em 31/12/2009 (circulante) e R\$ 60.433 (R\$ 73.541 em 31/12/2009 - não circulante), e do passivo em R\$ 9.617 (R\$ 800 em 31/12/2009 - circulante) e R\$ 29.270 (R\$ 59.230 em 31/12/2009 - não circulante).

(d) O saldo do ativo e passivo fiscal diferido não circulante foi ajustado pelo reconhecimento dos efeitos fiscais dos ajustes. O ativo fiscal diferido foi incrementado em R\$ 41.460 (R\$ 48.674 em 31/12/2009) e passivo fiscal diferido em R\$ 6.022.

(e) Conforme mencionado no item 5.2, os ativos que representam os bens das concessões foram reclassificados do ativo imobilizado para o ativo intangível R\$ 1.522.851 (R\$ 1.574.920 em 31/12/2009) e para o ativo financeiro - bens da concessão R\$ 205.629 (R\$ 260.835 em 31/12/2009).

(f) O CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, exige o reconhecimento de imposto diferido sobre a reavaliação de bens não depreciáveis. O ajuste gerou um incremento de R\$ 3.495 (R\$ 3.495 em 31/12/2009) nos encargos da reavaliação.

10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração realize estimativas para determinação e registro de certos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre suas demonstrações financeiras. Tais estimativas são feitas com base no princípio da continuidade e suportadas pela melhor informação disponível na data da apresentação das demonstrações financeiras, bem como na experiência da Administração. As estimativas são revisadas quando novas informações se tornam disponíveis ou as situações em que estavam baseadas se alterem. As estimativas podem vir a divergir para com o resultado real. As principais estimativas se referem:

- Perda no valor recuperável;
- Vida útil do ativo intangível
- Provisões;
- Passivos contingentes;
- Planos de pensão;
- Imposto de renda e contribuição social diferidos;
- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo, inclusive derivativos; e
- Ativo Financeiro - Concessão.

10.6 – Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:

- a. **Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las**

A Companhia atende aos padrões de governança corporativa e considera seus controles internos suficientes para o tipo de atividade e o volume de transações que opera. A Administração está empenhada no constante aprimoramento, efetuando constantes revisões, visando a melhoria contínua de seus processos.

b. Deficiências e recomendações sobre controles internos presentes no relatório do auditor independente

Como parte dos exames das demonstrações financeiras pelos auditores independentes, relativos ao exercício de 2010 e 2009, foram elaborados relatórios de controles internos e, na opinião do Auditor, "as demonstrações financeiras se apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - CEMAT em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standard Board (IASB)*".

10.7. Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar:

Em Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 22/4/2010, a Companhia deliberou pela distribuição pública de debêntures simples da 2ª emissão, não conversíveis em ações, em 13 séries totalizando R\$ 250.000. A emissão será composta de 250 debêntures simples com o valor nominal unitário de R\$ 1.000.

A emissão foi realizada nos termos da Instrução CVM nº 476/2009 (Oferta Restrita) e foi automaticamente dispensada de registro na CVM (Artigo 6º da referida Instrução).

O prazo de vencimento das debêntures é de 4 anos. A primeira série (série CDI) tem carência de pagamento de principal pelos primeiros seis meses e será liquidada a partir de então em 42 prestações mensais. As debêntures da segunda à décima terceira séries (séries IPCA) terão pagamentos nas suas respectivas datas de aniversário (a primeira delas, portanto, terá o seu primeiro pagamento no décimo segundo mês e assim sucessivamente para as demais séries) totalizando também 48 meses a partir da data de emissão, definida como 15/4/2010.

A remuneração das debêntures da 1ª série é de CDI mais 2,75% a.a. e das demais séries são de IPCA mais 9,15% a.a..

Em função da imaterialidade das despesas incorridas para emissão das Debêntures e pagas antecipadamente, as taxas contratadas se equiparam as taxas efetivas. Estas despesas já foram reconhecidas em sua totalidade no resultado da Companhia não tendo portanto nenhum valor a ser apropriado.

A amortização do principal, para a 1ª série, será mensal a partir do 7º mês da data de emissão. A primeira amortização do principal para as demais séries sucedem-se do 12º ao 23º meses a partir da data de emissão, repetindo-se assim sucessivamente para as demais séries IPCA. A amortização dos juros para a 1ª série será mensal a partir da data de emissão e as demais séries anualmente na mesma data da amortização do principal.

a. Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Os recursos obtidos por meio da emissão acima mencionada serão destinados ao refinanciamento de obrigações financeiras, reforço do capital de giro e investimentos da Companhia.

b. Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não Aplicável

c. Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não Aplicável

10.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

iv. contratos de construção não terminada

v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

A Companhia não possui ativos ou passivos que não estejam refletidos nas demonstrações financeiras e suas notas explicativas.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não Aplicável

10.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:

a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não Aplicável

b. Natureza e o propósito da operação

Não Aplicável

c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não Aplicável

10.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. Investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

R\$ mil	2010	2009	2008
Programa Luz Para Todos / Universalização	235.356	129.747	224.133
FNDCT / EPE / PEE / P&D	14.808	13.409	11.906
Sub-rogação CCC	31.385	42.491	124.640
Manutenção e melhorias do sistema	55.533	17.557	237.614
Total	337.082	203.204	598.293

PROGRAMA LUZ PARA TODOS e PROGRAMA NACIONAL DE UNIVERSALIZAÇÃO: em 2010, a companhia investiu R\$ 235,3 milhões no LPT e UNIVERSALIZAÇÃO, cuja principal característica é possibilitar o acesso e uso da energia elétrica, a todos os cidadãos domiciliados nas áreas urbanas e rurais do Estado. Os recursos para atendimento do LPT são provenientes da Reserva Global de Reversão ("RGR"), Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE") e Fonte Própria.

PESQUISA & DESENVOLVIMENTO: a companhia investiu ainda R\$ 14,8 milhões em programas de pesquisa & desenvolvimento, relacionados com a produção e operação da concessionária. Esses investimentos são composto pelos seguintes programas: Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), Estudo de Eficiência Energética (EPE), Programa de Eficiência Energética (PEE), e Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D).

SUB-ROGAÇÃO CCC: em conformidade com a Resolução ANEEL nº 784 de 24 de dezembro de 2002, e Resolução Autorizativa ANEEL nº 81 de 9 de março de 2004, a companhia foi enquadrada na sub-rogação do direito de uso da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis CCC, para subsidiar a implantação de projetos que visam a interligação do sistema e desativação da geração térmica. Com esses recursos foram investidos R\$ 31,4 milhões em 2010.

MANUTENÇÃO e MELHORIAS NO SISTEMA são os investimentos líquidos de subsídios, com caixa próprio, e destinados para atendimento do crescimento vegetativo do mercado, manutenção, ampliação e melhorias no sistema elétrico. Esses investimentos totalizaram R\$ 55,5 milhões em 2010.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Eletrobrás

Em 2002, o Governo Federal começou a implementar um programa de universalização destinado a tornar a energia elétrica disponível aos consumidores que de outra forma não teriam acesso a ela. Neste programa, os consumidores de energia elétrica não precisam arcar com os custos de ligação da rede de energia elétrica, os quais são de responsabilidade das distribuidoras de energia elétrica.

A ANEEL estabeleceu metas para a expansão dos serviços de distribuição prestados por concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, inclusive a meta final de tornar universal o acesso à energia elétrica até 2014. A ANEEL definiu um fator de redução a ser aplicado às tarifas durante o período em que as distribuidoras deixem de cumprir com os projetos de universalização. Os recursos obtidos com o uso de bens públicos e as multas aplicadas às distribuidoras serão investidos na

expansão da meta dos serviços universais de distribuição pública de energia, conforme estipulado na regulamentação editada pela ANEEL.

Em 11 de novembro de 2003, o Governo Federal instituiu o Programa Luz para Todos, sob coordenação do MME e operacionalização da Eletrobrás, destinado a propiciar até o ano de 2010, o atendimento em energia elétrica à parcela da população do meio rural brasileiro que ainda não possui acesso a esse serviço público, por meio de subvenção econômica advinda da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE e financiamentos com fundos da Reserva Global de Reversão – RGR.

Participação Por Entidade - %	CEMAT
Participação Empresa	15%
CDE - Fundo Perdido	40%
RGR – Eletrobrás	35%
Participação Estado – Fundo perdido	10%

A Companhia pretende continuar investindo nos programas ora citados nos próximos anos. Entretanto, como a maioria destes programas contam com incentivos governamentais, o planejamento destes pode ficar comprometido e, portanto, difícil de mensurar no futuro.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não Aplicável

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não aplicável

c. Novos produtos e serviços, indicando:

Não Aplicável

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não Aplicável

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Pesquisa & Desenvolvimento: a Companhia investiu R\$ 14,8 milhões, em 2010, em programas de pesquisa & desenvolvimento, relacionados com a produção e operação da concessionária. Esses investimentos são compostos pelos seguintes programas: Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), Estudo de Eficiência Energética (EPE), Programa de Eficiência Energética (PEE), e Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D).

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Implantação do Programa Evoluir a partir do primeiro semestre de 2009. Esse Programa tem por objetivo a integração das diversas iniciativas da Companhia, por meio de um único programa de transformação da gestão e operação. O objetivo é promover mais transparência e agilidade na tomada de decisões estratégicas, contribuindo para o desenvolvimento e o crescimento da Companhia e colaboradores. O Programa é subdividido em sete projetos:

1. CSC – Centro de Serviços Compartilhados, já implementado, que visa à uniformização dos processos contábeis, fiscais e financeiros;
2. EPC – Estruturação do Processo de Cobrança, cujo objetivo é a criação de uma área de cobrança corporativa, responsável pela elaboração de estratégias, implementação de melhorias, definição das políticas, normas e gestão de indicadores;

3. EOE – Estruturação da Operação de Engenharia, que pretende melhorar a eficiência da área operacional, a partir do aprimoramento das estruturas de engenharia e distribuição da Companhia;
4. MCPSE – Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico, que visa o atendimento às exigências do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico, por meio da atualização e manutenção do cadastro técnico, operacional e patrimonial;
5. PRODIST – Procedimentos de Distribuição, que tem por finalidade a adequação dos procedimentos, com o objetivo de atender as determinações da ANEEL;
6. Criação de um novo CALL CENTER, visando o aumento da qualidade do atendimento; e
7. Implantação do sistema SAP, com o objetivo de modernizar as ferramentas de gestão empresarial.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável

10.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

CENTRAIS ELÉTRICAS MATOGROSSENSSES S.A. - CEMAT

CNPJ/MF nº 03.467.321/0001-99

NIRE 51.300.001.179

Companhia Aberta

Cuiabá - MT, 16 de março de 2011.

Aos Srs. Acionistas da **CENTRAIS ELÉTRICAS MATOGROSSENSSES S.A – CEMAT**

DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

(Conforme informações indicadas no anexo 9-1-II da Instrução CVM 481/09).

(Valores expressos em milhares de reais)

1. Informar o lucro líquido do exercício

O lucro líquido do exercício de 2010 foi de R\$ 18.605 (dezoito milhões e seiscentos e cinco mil reais).

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

A Proposta da Administração consiste na distribuição de R\$ 5.100 aos acionistas da Companhia, a título de juros sobre o capital próprio, a serem aprovados e pagos da seguinte forma:

- a) R\$ 6.000, deduzindo-se o Imposto de Renda na Fonte de 15% no montante de R\$ 900, perfaz a importância líquida de R\$ 5.100, a título de juros sobre o capital próprio, sendo R\$ 0,04027263 por ação ordinária e R\$ 0,04429990 por ação preferencial, exceto para os acionistas que estejam dispensados ou isentos da referida tributação, os quais receberão pelo valor bruto declarado, de R\$ 0,04737957 por ação ordinária e R\$ 0,05211753 por ação preferencial.

Os juros sobre o capital próprio foram deliberados em reunião de Conselho de Administração realizada em 22/12/2010, os quais foram creditados contabilmente em 31/12/2010 e serão imputados integralmente aos dividendos do exercício de 2010, pelo valor líquido, conforme acima exposto.

O pagamento dos juros sobre o capital próprio será realizado na forma e época determinadas em Assembleia Geral Ordinária, com base na posição acionária registrada na data de 22/12/2010.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

O percentual do lucro líquido equivale a 27,41% do lucro líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, antes dos ajustes realizados em decorrência das mudanças das práticas contábeis, nos termos das orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Não houve distribuição de dividendos com base em lucro de exercícios anteriores.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

- a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe**

Não haverá nova distribuição, além da que foi mencionada no item 2, acima.

- b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio**

Não aplicável.

- c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio**

Não aplicável.

- d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento**

- 6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores**

- a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados**

Não houve declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.

- b. Informar a data dos respectivos pagamentos**

Não aplicável.

- 7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:**

- a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores**

Exercícios:	2007	2008	2009	2010
Lucro líquido do exercício (R\$):	98.670	84.561	149.496	18.605
Lucro líquido por ação (R\$):				
Ordinárias	0,78	0,67	1,18	0,15
Preferenciais	0,86	0,73	1,30	0,16

O lucro líquido por ação são apresentados de acordo com a Deliberação CVM 636/2010 – Determinação e apresentação do resultado por ação.

b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

DIVIDENDOS

<u>Espécie de ações</u>	<u>Número de ações</u>	2009 - AGO 2010	
		<u>Vr. por ação R\$</u>	<u>Totais R\$ MIL</u>
Ações ordinárias	41.017.775	0,118588	4.864
Ações preferenciais	77.835.530	0,130447	10.154
Total	118.853.305		15.018

<u>Espécie de ações</u>	<u>Número de ações</u>	2008 - AGO 2009	
		<u>Vr. por ação R\$</u>	<u>Totais R\$ MIL</u>
Ações ordinárias	41.017.775	0,043012	1.764
Ações preferenciais	77.835.530	0,047313	3.683
Total	118.853.305		5.447

<u>Espécie de ações</u>	<u>Número de ações</u>	2007 - AGO 2008	
		<u>Vr. por ação R\$</u>	<u>Totais R\$ MIL</u>
Ações ordinárias	36.421.410	0,019110	696
Ações ordinárias (pro-rata)	4.596.365	0,002882	13
Ações preferenciais	69.113.443	0,021021	1.453
Ações preferenciais (pro-rata)	8.722.087	0,003170	28
Total	118.853.305		2.190

JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

<u>Espécie de ações</u>	<u>Número de ações</u>	<u>2009 - AGO 2010</u>	
		<u>Vr. por ação R\$</u>	<u>Totais R\$ MIL</u>
Ações ordinárias	41.017.775	0,194651	7.984
Ações preferenciais	77.835.530	0,214116	16.666
Total	118.853.305		24.650

<u>Espécie de ações</u>	<u>Número de ações</u>	<u>2007 - AGO 2008</u>	
		<u>Vr. por ação R\$</u>	<u>Totais R\$ MIL</u>
Ações ordinárias	36.421.410	0,174541	6.357
Ações ordinárias (pro-rata)	4.596.365	0,026322	121
Ações preferenciais	69.113.443	0,191995	13.269
Ações preferenciais (pro-rata)	8.722.087	0,028954	253
Total	118.853.305		20.000

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a. Identificar o montante destinado à reserva legal

Não há montante destinado à reserva legal, uma vez que foram promovidos ajustes no lucro líquido em decorrência das mudanças das práticas contábeis, nos termos das orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

Não aplicável.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

O estatuto estabelece distribuição de dividendo mínimo de 25% do lucro líquido de cada exercício, na forma prevista no artigo 33 do estatuto social da companhia, e no mínimo 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

Não há distribuição de dividendos fixos ou mínimos em função do lucro líquido do exercício encerrado em 31.12.2010 ter sido absorvido pelos prejuízos acumulados em decorrência dos ajustes promovidos pelas mudanças das práticas contábeis, nos termos das orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não aplicável.

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

Não aplicável.

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

A proposta da administração para pagamento de dividendos mínimos obrigatórios, ainda a ser objeto de deliberação em Assembleia Geral Ordinária, é conforme segue:

<u>JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO</u>	<u>Número de ações</u>	<u>Propostos - 2010</u>	
		<u>Vr. por ação R\$</u>	<u>Totais R\$ MIL</u>
<u>Espécie de ações</u>			
Ações ordinárias	41.017.775	0,04027263	1.652
Ações preferenciais	77.835.530	0,04429990	3.448
Total	118.853.305		5.100

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

Os acionistas terão o direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, 25% do lucro líquido do exercício, observado o disposto nos artigos 8º 34 do estatuto social da Companhia.

Segue abaixo o cálculo dos dividendos propostos relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010:

	31/12/2010
Lucro líquido do exercício	18.605
Prejuízo acumulado decorrente das mudanças de práticas contábeis	(92.941)
Efeito da mudança de práticas contábeis em 2009	-
Base de cálculo para dividendos	(74.336)
Reserva legal (5%)	-
Base de cálculo para dividendos mínimos	(74.336)
Percentual sobre o lucro	25%
Dividendo mínimo obrigatório	-
 Juros sobre o capital próprio propostos:	
Juros sobre o capital próprio	6.000
Imposto de renda retido na fonte	(900)
Total	5.100

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

Os juros sobre o capital próprio foram creditados contabilmente em 31 de dezembro de 2010 e serão imputados integralmente aos dividendos do exercício de 2010, cuja data de pagamento será definida na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada.

c. Informar o montante eventualmente retido

Não há retenção de dividendo obrigatório.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

a. Informar o montante da retenção

Não há retenção de dividendo obrigatório.

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

Não aplicável.

c. Justificar a retenção dos dividendos

Não aplicável.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

a. Identificar o montante destinado à reserva

Não há destinação de resultado para reserva de contingências.

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa

Não aplicável.

c. Explicar porque a perda foi considerada provável

Não aplicável.

d. Justificar a constituição da reserva

Não aplicável.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

- a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar**

Não há destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.

- b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva**

Não aplicável.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

- a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva**

Não há destinação de resultado para reservas estatutárias.

- b. Identificar o montante destinado à reserva**

Não aplicável.

- c. Descrever como o montante foi calculado**

Não aplicável.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

- a. Identificar o montante da retenção**

Não há retenção de lucros.

b. Fornecer cópia do orçamento de capital

Não aplicável.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a. Informar o montante destinado à reserva

Não há destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais.

b. Explicar a natureza da destinação

Não aplicável.



CENTRAIS ELÉTRICAS MATOGROSSENSES S.A. - CEMAT

CNPJ/MF nº 03.467.321/0001-99

NIRE 51.300.001.179

Companhia Aberta

Cuiabá – MT, 13 de abril de 2011

Aos Srs. Acionistas da **CENTRAIS ELÉTRICAS MATOGROSSENSES S.A. - CEMAT**

**ELEIÇÃO DE ADMINISTRADORES
CANDIDATOS INDICADOS OU APOIADOS PELA ADMINISTRAÇÃO OU
ACIONISTAS CONTROLADORES**

(Nos termos dos itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência da Instrução
CVM 480/09)

CONSELHO FISCAL

DATA DE ELEIÇÃO E POSSE: 29/ABRIL/2011

PRAZO DE MANDATO: ATÉ ABRIL/2012

Item 12.6. - Tabela

NOME	DADE	PROFISSÃO	CPF	CARGO ELETIVO OCUPADO	INDICAÇÃO CONTROLADOR	OUTROS CARGOS EXERCIDOS NA COMPANHIA
Kleber Cimini Lage	66	Engenheiro Eletricista	002.516.401.59	Conselheiro Efetivo	Sim	N/A
Carlos Souza Barros de Carvalhosa	81	Engenheiro Civil	003.684.158-72	Conselheiro Efetivo	Sim	N/A
Antonio Carlos de Paula	55	Engenheiro	642.752.998-68	Conselheiro Efetivo	Sim	N/A
Osmar José Vicchiatti	68	Administrador de empresas	070.546.298-68	Suplente	Sim	N/A
Annibal Ribeiro do Valle Filho	59	Engenheiro Civil	165.529.386-91	Suplente	Sim	N/A
Fernando Quartim Barbosa de Figueiredo	67	Engenheiro	010.320.708-20	Suplente	Sim	N/A

(*) N/A – Não aplicável

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários.

Resposta: A Companhia não possui comitês estatutários ou comitês de auditoria, de risco, financeiro e ou de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários.

Item 12.8

a. CURRÍCULOS

CONSELHO FISCAL

– MEMBROS EFETIVOS

Kleber Cimini Lage

Nascido em 06 de agosto de 1943, o Sr. Kleber é engenheiro eletricitista formado pela Escola de Engenharia da Universidade Federal de Goiás (1968). É membro efetivo do Conselho Fiscal da Companhia desde abril/2006. Foi professor do Departamento de Eletrotécnica da Escola de Engenharia da Universidade Federal de Goiás. Atuou como diretor de Planejamento da Celtins e como Diretor Estatutário da Investco S.A de 1998 a 2003. Exerceu ainda o cargo de Assessor da Rede Energia de 2003 a 2006.

Carlos Souza Barros de Carvalhosa

Nascido em 05 de dezembro de 1929, o Sr. Carvalhosa é engenheiro civil formado pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (1948/1952). Seminários e Cursos de aperfeiçoamento e atualização na área de O&M e

Informática – Análise de Sistema – Bancos de Dados. Membro Efetivo do Conselho Fiscal da Companhia desde abril/2000. É também membro do conselho fiscal da Rede Energia S.A, CELPA e CELTINS. Foi gerente da CNBO – Produtora de Energia Elétrica Ltda. de 1997 a 1998 e diretor de investimentos incentivados da Investco.

Antonio Carlos de Paula

Nascido em 16 de setembro de 1954, o Sr Antonio é engenheiro elétrico formado pela Universidade de Mogi das Cruzes, com extensão em contabilidade e finanças para executivo e gerenciamento de empreendimentos pela Fundação Getúlio Vargas. É gerente de projetos da Ericsson Telecomunicações.

– MEMBROS SUPLENTE

Osmar José Vicchiatti

Nascido em 13 de novembro de 1941, o Sr. Vicchiatti é graduado em Administração de Empresas e Ciências Econômicas pela Universidade de São Paulo. Membro suplente do Conselho Fiscal da Companhia desde abril/2006. É membro do conselho deliberativo da REDEPREV – Fundação Rede de Previdência. Foi diretor da EEB e diretor e membro do conselho de administração de outras empresas da Rede Energia S.A de 1980 a 2003.

Annibal Ribeiro do Valle Filho

Nascido em 30 de abril de 1951, o Sr. Annibal é formado em engenharia civil pela Escola de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG com curso de especialização em administração pela Fundação Getúlio Vargas (1981). Membro suplente do Conselho Fiscal da Companhia desde abril/2004. Foi gerente técnico da Construtora Beter S.A. e gerente de planejamento, orçamento e controle da Badra S.A. de 1982 a 1995. É Sócio Gerente da Planorc Serviços de

Engenharia S/C Ltda. Foi professor da Escola de Engenharia de Alfenas, Minas Gerais.

Fernando Quartim Barbosa de Figueiredo

Nascido em 08 de Outubro de 1942, o Sr. Quartim é engenheiro Formado pela Escola de Engenharia de Mauá (1966) e Administração de Empresas – Fundação Getúlio Vargas (1972). É membro efetivo do Conselho Fiscal da REDE ENERGIA S.A. e conselheiro Curador da Fundação Aquarela. Foi membro do Conselho de Administração da Companhia e de outras empresas da REDE ENERGIA e consultor do Grupo Rede.

b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal

Resposta: Não há.

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas

Resposta: Não há.

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

Resposta: Não há.

12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a) administradores do emissor

Resposta: Não há.

b) (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor

Resposta: Não há.

c) (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor

Resposta: Não há.

d) (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

Resposta: Não há.

12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor

Resposta: Não há.

b. controlador direto ou indireto do emissor

Resposta: Não há.

c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

Resposta: Não há



CENTRAIS ELÉTRICAS MATOGROSSENSSES S.A. - CEMAT

CNPJ/MF nº 03.467.321/0001-99

NIRE 51.300.001.179

Companhia Aberta

Cuiabá – MT, 13 de abril de 2011

Aos Srs. Acionistas da **CENTRAIS ELÉTRICAS MATOGROSSENSSES S.A - CEMAT**

REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

(Conforme informações do item 13 do
Formulário de Referência da Instrução CVM 480/09)
(Valores expressos em reais)

13. Remuneração dos administradores

13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

- a. objetivos da política ou prática de remuneração

Resposta: A prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, adotada pela Companhia, objetiva atrair e reter profissionais qualificados e com experiência na área de distribuição, geração e comercialização de energia elétrica, bem como, incentivar o cumprimento dos objetivos e metas, proporcionando um alinhamento com os interesses da Companhia.

Leva em consideração as responsabilidades de cada membro, o tempo dedicado às suas funções, sua competência e reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado.

Para o exercício de 2011, a Companhia propõe o montante global de até R\$ 5.600.000,00, para a remuneração dos administradores da Companhia, a ser segregado da seguinte forma:

(i) De até R\$ 1.000.000,00 para o Conselho de Administração, sendo R\$ 800.000,00 correspondente à remuneração fixa e o valor de R\$ 200.000,00 referentes aos encargos.

(ii) De até R\$ 4.100.000,00 para a Diretoria Executiva, sendo R\$ 2.000.000,00 correspondente à remuneração fixa, R\$ 1.000.000,00, correspondente à remuneração variável, R\$ 300.000,00 referente à benefícios, e o valor de R\$ 800.000,00 referentes aos encargos.

(iii) De até R\$ 500.000,00 para o Conselho Fiscal, sendo R\$ 300.000,00 correspondente à remuneração fixa, R\$ 100.000,00 correspondente à remuneração variável e o valor de R\$ 100.000,00 referentes aos encargos, observado o disposto no artigo 162, Parágrafo 3º da Lei 6.404/76.

b. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Resposta: A Companhia adota um modelo de remuneração composto por: (i) remuneração fixa, composta por honorários mensais aplicáveis à Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal; (ii) remuneração variável, que é o honorário calculado de acordo com os indicadores de performance individual e da Companhia aplicável aos Diretores Executivos (Estatutários), e, (iii) benefícios, com os quais a Companhia procura atrair e reter os melhores talentos e retribuir a competência de seus administradores, também aplicáveis aos Diretores Executivos (Estatutários). Vide item 13.1 (a).

ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Resposta:

Conselho de Administração: 17,86% da Remuneração Total.

Remuneração Fixa: 14,29%

Encargos: 3,57%

Diretoria: 73,21% da Remuneração Total.

Remuneração Fixa: 35,71%

Remuneração Variável: 17,86%

Benefícios: 5,36%

Encargos: 14,29%

Conselho Fiscal: 8,93% da Remuneração Total.

Remuneração Fixa: 5,36%

Remuneração Variável: 1,79%

Encargos: 1,79%

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Resposta: Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal recebem honorários fixos mensais. Para o Conselho Fiscal, informamos que os conselheiros suplentes não recebem honorários, a não ser na hipótese de substituírem o conselheiro titular a que estão vinculados. O reajuste da remuneração dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal é feito com base na lei e em práticas de mercado.

A proposta de remuneração para a Diretoria Estatutária e seu reajuste baseia-se em práticas de mercado.

A Companhia verifica as práticas de mercado comparando seus indicadores operacionais e desempenho econômico de suas

controladas com os números de empresas de mesmo porte e setor, levando em consideração as diferenças regionais do país.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

Resposta: A remuneração da Companhia considera as responsabilidades de cada cargo e esta baseada nas práticas de mercado visando a retenção dos melhores profissionais.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Resposta: A remuneração dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Companhia é fixa e não considera indicadores de desempenho.

A remuneração variável dos Diretores Estatutários é definida com base em metas alinhadas com o plano estratégico da Companhia e performance do negócio. A mensuração está ligada ao resultado econômico da Companhia, como evolução do EBITDA, desempenho operacional apurados nos exercícios sociais, indicadores de qualidade de serviço, tais como, DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor), FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor) e redução de perdas comerciais, satisfação dos clientes, Acionistas e colaboradores.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Resposta: Os honorários do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal são revisados anualmente e definidos pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Companhia. Para os Diretores Estatutários, a remuneração variável é baseada em metas quantitativas, as quais refletem a evolução dos indicadores de desempenho da Companhia.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

Resposta: A prática de remuneração dos diretores estatutários está alinhada aos interesses da Companhia, por ser fundamentada por critérios atrelados ao desempenho econômico-financeiro da Companhia definidos pelos indicadores de desempenho, satisfação dos clientes, imagem da empresa e responsabilidade social.

- f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Resposta: Alguns Conselheiros e Diretores exercem cargos em empresas relacionadas e sob controle comum, sendo neste caso remunerados por tais atribuições.

- g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Resposta: Não há remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Remuneração reconhecida no resultado do exercício de 2009 (R\$)				
a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. Número de Membros	8	5	5	18
c.i. Remuneração fixa anual	672.000,00	1.262.196,98	154.200,00	2.088.396,98
Salário ou Pró-labore	672.000,00	1.196.000,00	154.200,00	2.022.200,00
Benefícios diretos e indiretos	-	66.196,98	-	66.196,98
Remuneração por participação em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
c.ii. Remuneração variável	-	379.827,48	25.700,00	405.527,48
Bônus	-	379.827,48	25.700,00	405.527,48
Participação nos resultados	-	-	-	-
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
c.iii. Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
c.iv. Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-

c.v. Remuneração baseada em ações	-	-	-	-
d. Valor da remuneração por cada Órgão	-	-	-	-
e. Total da remuneração dos Órgãos	672.000,00	1.642.024,46	179.900,00	2.493.924,46

Remuneração reconhecida no resultado do exercício de 2010 (R\$)				
a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. Número de Membros	9	7	5	21
c.i. Remuneração fixa anual	672.000,00	1.360.000,00	180.000,00	2.212.000,00
Salário ou Pró-labore	672.000,00	1.260.000,00	180.000,00	2.112.000,00
Benefícios diretos e indiretos	-	100.000,00	-	100.000,00
Remuneração por participação em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
c.ii. Remuneração variável	-	462.000,00	-	462.000,00
Bônus	-	462.000,00	-	462.000,00
Participação nos resultados	-	-	-	-
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
c.iii. Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
c.iv. Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
c.v. Remuneração baseada em ações	-	-	-	-
d. Valor da remuneração por cada Órgão	-	-	-	-
e. Total da remuneração dos Órgãos	672.000,00	1.822.000,00	180.000,00	2.674.000,00

(*) A remuneração prevista para o exercício de 2010, não foi integralmente realizada pois os administradores Carmem Campos Pereira, Valdir Jonas Wolf, Alexei Macorin Vivan e José Adriano Mendes Silva não receberam remuneração da Companhia.

Remuneração prevista para o Exercício de 2011 (R\$)				
a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. Número de Membros	9	7	5	21
c.i. Remuneração fixa anual	800.000,00	2.300.000,00	300.000,00	3.400.000,00
Salário ou Pró-labore	800.000,00	2.000.000,00	300.000,00	3.100.000,00
Benefícios diretos e indiretos	-	300.000,00	-	300.000,00
Remuneração por participação em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
c.ii. Remuneração variável	-	1.000.000,00	100.000,00	1.100.000,00
Bônus	-	1.000.000,00	100.000,00	1.100.000,00
Participação nos resultados	-	-	-	-
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
c.iii. Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
c.iv. Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
c.v. Remuneração baseada em ações	-	-	-	-
d. Valor da remuneração por cada Órgão	-	-	-	-
e. Total da remuneração dos Órgãos	800.000,00	3.300.000,00	400.000,00	4.500.000,00

(**) As tabelas acima, não incluem os encargos e provisões legais.

13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Remuneração reconhecida no resultado do exercício de 2009 (R\$)				
a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. Número de Membros	9	5	5	19
c. Em relação ao Bônus:	-	379.827,48	25.700,00	405.527,48
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais.	-	379.827,48	25.700,00	405.527,48
d. Em relação à participação no resultado:	-	-	-	-
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	-	-	-	-

Remuneração reconhecida no resultado do exercício de 2010 (R\$)				
a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. Número de Membros	9	7	5	21
c. Em relação ao Bônus:	-	462.000,00	-	462.000,00
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	462.000,00	-	462.000,00
d. Em relação à participação no resultado:	-	-	-	-
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	-	-	-	-

Remuneração prevista para o exercício social de 2011 (R\$)				
a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. Número de Membros	9	7	5	21
c. Em relação ao Bônus:	-	1.000.000,00	100.000,00	1.100.000,00
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-

iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	-
d. Em relação à participação no resultado:	-	-	-	-
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	-	-	-	-

(**) As tabelas acima, não incluem os encargos e provisões legais.

13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

Resposta: Não aplicável em razão da Companhia não possuir plano de remuneração baseado em ações.

13.5. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social.

Ações detidas pelos Administradores em 31/12/2010.						
Órgão	Conselho de Administração		Conselho Fiscal		Diretoria Estatutária	
Companhia	<i>ON</i>	197	<i>ON</i>	1.222.421	<i>ON</i>	1.916
	<i>PN</i>	104	<i>PN</i>	150.176	<i>PN</i>	0
Controlador Rede Energia S.A	<i>ON</i>	141.500	<i>ON</i>	15	<i>ON</i>	4
	<i>PN</i>	766	<i>PN</i>	15	<i>PN</i>	0

13.6. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Resposta: Não aplicável em razão da Companhia não possuir plano de remuneração baseado em ações.

13.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Resposta: Não aplicável em razão da Companhia não possuir plano de remuneração baseado em ações.

13.8. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Resposta: Não aplicável em razão da Companhia não possuir plano de remuneração baseado em ações.

13.9. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

Resposta: Não aplicável em razão da Companhia não possuir plano de remuneração baseado em ações.

13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

Planos de Previdência em Vigor			
a. Órgão	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária
b. N. Membros	-	-	2
c. Nome do Plano	-	-	Plano de Benefício CEMAT OP e Plano de Risco
d. Quantidade de Administradores que reúnem as condições para se aposentar	-	-	-
e. condições para se aposentar antecipadamente	-	-	-
f. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	-	-	52.474,73
g. valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	-	-	5.239,76
h. se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	-	-	Desligamento

13.11. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

Em relação ao Exercício de 2009 (Valores Anuais):

Conselho de Administração

Nº Membros	Valor da Maior Remuneração Individual	Valor da Menor Remuneração Individual	Valor Médio de Remuneração Individual
8	84.000,00	84.000,00	84.000,00

Diretoria Estatutária

Nº Membros	Valor da Maior Remuneração Individual	Valor da Menor Remuneração Individual	Valor Médio de Remuneração Individual
7	420.000,00	60.000,00	240.000,00

Conselho Fiscal

Nº Membros	Valor da Maior Remuneração Individual	Valor da Menor Remuneração Individual	Valor Médio de Remuneração Individual
5	30.840,00	30.840,00	30.840,00

Em relação ao Exercício de 2010 (Valores Anuais):

Conselho de Administração

Nº Membros	Valor da Maior Remuneração Individual	Valor da Menor Remuneração Individual	Valor Médio de Remuneração Individual
8	84.000,00	84.000,00	84.000,00

Diretoria Estatutária

Nº Membros	Valor da Maior Remuneração Individual	Valor da Menor Remuneração Individual	Valor Médio de Remuneração Individual
7	480.000,00	276.000,00	378.000,00

Conselho Fiscal

Nº Membros	Valor da Maior Remuneração Individual	Valor da Menor Remuneração Individual	Valor Médio de Remuneração Individual
5	36.000,00	36.000,00	36.000,00

Em relação à Proposta para o Exercício de 2011 (Valores Anuais):

Conselho de Administração

Nº Membros	Valor da Maior Remuneração Individual	Valor da Menor Remuneração Individual	Valor Médio de Remuneração Individual
9	84.000,00	84.000,00	84.000,00

Diretoria Estatutária

Nº Membros	Valor da Maior Remuneração Individual	Valor da Menor Remuneração Individual	Valor Médio de Remuneração Individual
7	440.000,00	240.000,00	340.000,00

Conselho Fiscal

Nº Membros	Valor da Maior Remuneração Individual	Valor da Menor Remuneração Individual	Valor Médio de Remuneração Individual
5	36.000,00	36.000,00	36.000,00

13.12. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Resposta: Não aplicável.

13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Exercício de 2009 (R\$ mil)			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Percentual da Remuneração Total	27,98	65,84	6,18

Exercício de 2010 (R\$ mil)			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Percentual da Remuneração Total	23,24	70,94	5,82

13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Resposta: Não aplicável.

13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Remuneração reconhecida no resultado de controladores e sociedade sob controle comum do exercício de 2009 (R\$)

Controladora	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
REDE				
Remuneração Global	306.000,00	-	18.000,00	324.000,00

Empresa sob controle da REDE	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
CELPA				
Remuneração Global	144.000,00	300.000,00	51.000,00	495.000,00

Empresa sob controle da REDE	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
ENERSUL				
Remuneração Global	108.000,00	1.080.000,00	-	1.188.000,00

Remuneração reconhecida no resultado de controladores e sociedade sob controle comum do exercício de 2010 (R\$)

Controladora	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
REDE				
Remuneração Global	306.000,00	160.000,00	60.000,00	526.000,00

Empresa sob controle da REDE	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
CELPA				
Remuneração Global	258.000,00	660.000,00	65.200,00	983.200,00

Empresa sob controle da REDE	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
ENERSUL				
Remuneração Global	126.000,00	1.000.000,00	-	1.126.000,00

13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Resposta: Não aplicável.